Mensagem nº 26/03

PROJETO DE LEI N.º 54/03

DOCUMENTO N.º 646/03

PROJETO DE LEI

Autoriza o Poder Executivo a conceder cestas básicas, a título de prêmio-assiduidade, aos servidores ativos da Prefeitura e Autarquias, e aos inativos, pensionistas e empregados contratados temporariamente.
Proc. nº 12090/03

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a, mediante procedimento licitatório, conceder cestas básicas de alimentos, a título de prêmio-assiduidade, aos servidores ativos da Prefeitura e Autarquias, enquadrados nas Referências "A" a "K", "PEB1" e "PEB2", e aos inativos, pensionistas e empregados contratados temporariamente, obedecidos os critérios fixados em Decreto do Executivo, podendo ser despendida mensalmente a importância de até R$ 238.500,00 (duzentos e trinta e oito mil e quinhentos reais) para custeio dessas cestas.

Parágrafo único – Até a conclusão do procedimento licitatório fica o Poder Executivo autorizado a efetuar o pagamento correspondente à cesta básica em pecúnia, no valor unitário de R$ 45,00 (quarenta e cinco reais), aos servidores ativos, inativos e pensionistas e empregados contratados temporariamente, enquadrados no art. 1º.

Art. 2º - O Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de 15 (quinze) dias da data da publicação.

Art. 3º - As despesas decorrentes desta Lei onerarão as verbas orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de abril de 2003.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial as Leis nºs 471-A, de 09 de maio de 1997; 600-A, de 02 de março de 1998; 706-A, de 24 de março de 1999; Lei nº 989-A, de 29 de junho de 2001; 1073-A, de 27 de fevereiro de 2002 e 1095-A, de 26 de abril de 2002.

* * *